

**PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL: SUBEMPREGO QUALIFICADO,
DESVALORIZAÇÃO SALARIAL E CRISE DA PROMESSA DE ASCENSÃO PELO ENSINO
SUPERIOR**

**LABOR PRECARIZATION IN BRAZIL: QUALIFIED UNDEREMPLOYMENT, WAGE
DEVALUATION, AND THE CRISIS OF THE PROMISE OF SOCIAL MOBILITY THROUGH
HIGHER EDUCATION**

 <https://doi.org/10.63330/revalvoradav1n1-006>

Submetido em: 09/07/2026 e Publicado em: 31/07/2026

RA: e262035

Joelson Lopes da Paixão

Mestre em Engenharia Elétrica

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Santa Maria, RS, Brasil.

E-mail: joelson.paixao@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8874-5151>

Filipe Molinar Machado

Doutor em Engenharia Agrícola

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI)

Santo Ângelo, RS, Brasil

E-mail: fmacmec@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3874-3569>

Claudia Madeira Bernardes

Especialista em Letramento Informacional.

Universidade Federal de Goiás (UFG)

Goiânia, GO, Brasil.

E-mail: claudiamadeirabernardesmadeira@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7948-7154>

RESUMO

O artigo examina criticamente a precarização das condições de trabalho entre pessoas diplomadas no Brasil contemporâneo, problematizando a associação historicamente consolidada entre ensino superior e ascensão social. O objetivo é compreender de que modo a expansão da escolarização formal, embora socialmente relevante, deixou de operar como garantia automática de inserção ocupacional qualificada, remuneração digna e estabilidade. Trata-se de ensaio teórico de base bibliográfico-documental, articulado a uma revisão narrativa da literatura e ao exame de dados secundários do IBGE e do Ipea, em diálogo com a sociologia do trabalho e a sociologia da educação, mobilizando autores como Bourdieu, Castel, Sennett, Antunes, Standing e Boltanski e Chiapello. Sustenta-se que a precarização dos diplomados não decorre da perda absoluta de valor do diploma, mas da combinação entre expansão educacional, fragilidade do

desenvolvimento produtivo, escassez de postos qualificados, flexibilização das relações de trabalho e individualização da responsabilidade pelo êxito profissional. Discutem-se o subemprego qualificado, a sobrequalificação, o desajuste ocupacional, a desvalorização salarial e as formas contemporâneas de informalidade, terceirização, pejetização e plataformização. Conclui-se que o diploma permanece um capital relevante, ainda que insuficiente quando isolado de condições estruturais, e que sua conversão em mobilidade social depende de políticas que articulem educação, trabalho decente, desenvolvimento produtivo e proteção social.

Palavras-chave: Ensino superior; Mobilidade social; Precarização do trabalho; Sobrequalificação; Subemprego qualificado.

ABSTRACT

This article critically examines the precarization of working conditions among degree holders in contemporary Brazil, problematizing the historically consolidated association between higher education and upward social mobility. The objective is to understand how the expansion of formal schooling, although socially relevant, has ceased to operate as an automatic guarantee of qualified occupational insertion, decent pay and stability. It is a theoretical, bibliographic and documentary essay, combining a narrative literature review with the analysis of secondary data from IBGE and Ipea, in dialogue with the sociology of work and the sociology of education, drawing on authors such as Bourdieu, Castel, Sennett, Antunes, Standing, and Boltanski and Chiapello. It argues that the precarization of degree holders does not stem from an absolute loss of the diploma's value, but from the combination of educational expansion, fragile productive development, scarcity of qualified positions, flexibilization of labor relations, and the individualization of responsibility for professional success. It discusses qualified underemployment, overqualification, occupational mismatch, wage devaluation, and contemporary forms of informality, outsourcing, false self-employment and platformization. It concludes that the diploma remains relevant capital, though insufficient when isolated from structural conditions, and that its conversion into social mobility depends on policies integrating education, decent work, productive development and social protection.

Keywords: Higher education; Labor precarization; Overqualification; Qualified underemployment; Social mobility.

1 INTRODUÇÃO

Por boa parte do século XX, a ideia de que o diploma universitário constituiria um passaporte seguro para a ascensão social organizou as expectativas de famílias, jovens e instituições no Brasil. Estudar mais, nessa representação, equivaleria a ganhar mais, ocupar posições de prestígio e alcançar estabilidade econômica. Tal associação não era inteiramente infundada, pois, em um país de escolarização tardia e elites restritas, a posse de um título superior efetivamente diferenciava trajetórias e abria portas. O que se observa nas últimas décadas, contudo, é o progressivo tensionamento dessa promessa, à medida que a expansão do acesso à educação superior passou a conviver com um mercado de trabalho incapaz de absorver, em condições compatíveis, o contingente crescente de diplomados.

Essa tensão não significa que o ensino superior tenha perdido importância. Significa, antes, que a relação entre formação, ocupação e renda se tornou mais incerta, mediada por variáveis que ultrapassam o esforço individual. Trabalhadores com graduação, especialização e até pós-graduação ocupam, com frequência crescente, funções que não exigem sua escolaridade, recebem rendimentos incompatíveis com os anos investidos em estudo e enfrentam vínculos instáveis. Esse descompasso entre credencial e inserção, longe de ser anomalia passageira, expressa transformações estruturais do capitalismo contemporâneo e das suas configurações periféricas.

Indicadores recentes oferecem contornos empíricos a esse fenômeno. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, a taxa anual de desocupação no Brasil em 2025 foi de 5,6%, a menor da série histórica iniciada em 2012, ao passo que a taxa composta de subutilização da força de trabalho alcançou 14,5%, equivalente a cerca de 16,6 milhões de pessoas, e a informalidade respondeu por 38,1% da ocupação (IBGE, 2026)¹. Ainda que a desocupação entre os mais escolarizados seja comparativamente baixa, tendo registrado 3,0% entre as pessoas com nível superior completo no terceiro trimestre de 2025, a menor entre os níveis de instrução (IBGE, 2025), esse dado não captura a qualidade da inserção. É justamente nesse ponto que estudos sobre sobre-educação se tornam reveladores: a proporção de ocupados que exercem funções aquém de sua escolaridade passou de aproximadamente 26% em 2012 para 38% em 2020 (Carvalho; Reis, 2024). O problema, portanto, desloca-se do desemprego aberto para a qualidade e a adequação da ocupação.

Diante desse cenário, este artigo parte da seguinte problemática: em que medida a precarização das condições de trabalho no Brasil contemporâneo tem atingido pessoas diplomadas e pós-graduadas, enfraquecendo a promessa de que o ensino superior garante ascensão profissional, estabilidade econômica e qualidade de vida? O objetivo é examinar criticamente esse processo, demonstrando que a dificuldade de

¹ Conforme a metodologia da PNAD Contínua, a taxa de informalidade agrega empregados sem carteira de trabalho assinada, trabalhadores domésticos sem carteira, empregadores e trabalhadores por conta própria sem registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, além de trabalhadores familiares auxiliares.

conversão do diploma em trajetória qualificada decorre de fatores estruturais de natureza econômica, educacional, tecnológica e política, e não de um suposto fracasso individual dos trabalhadores.

A relevância da discussão é simultaneamente acadêmica e social. No plano acadêmico, o tema exige a articulação entre sociologia do trabalho, sociologia da educação e economia do trabalho, campos que nem sempre dialogam de modo sistemático. No plano social, a frustração de expectativas construídas em torno do diploma incide sobre projetos de vida, planejamento financeiro e confiança coletiva na educação como via de mobilidade. Reconhece-se, ademais, que a precarização não se distribui de modo homogêneo, variando conforme área de formação, território, classe social, raça, gênero, idade e setor econômico, ressalva que orienta toda a argumentação subsequente.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

Este artigo configura-se como ensaio teórico de base bibliográfico-documental, articulado a uma revisão narrativa da literatura e ao exame de dados secundários de fontes institucionais. Não se realiza, portanto, pesquisa empírica primária, tampouco se pretende estabelecer relações causais. O propósito é interpretativo e analítico, voltado à construção de uma leitura crítica e fundamentada da precarização entre trabalhadores diplomados, a partir do cotejo entre categorias teóricas consolidadas e o quadro empírico disponível em estatísticas oficiais.

A seleção das fontes obedeceu a três critérios. No plano teórico, priorizaram-se autores clássicos e contemporâneos cuja contribuição é reconhecida nos campos da sociologia do trabalho, da sociologia da educação e da economia do trabalho, escolhidos por sua pertinência para os eixos analíticos mobilizados, a saber, capital cultural, meritocracia, precarização, acumulação flexível e insegurança laboral. No plano empírico, recorreu-se a dados secundários de fontes oficiais, em especial a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, do IBGE, e a Textos para Discussão e Cartas de Conjuntura do Ipea, selecionados por sua atualidade, abrangência nacional e adequação ao objeto. O recorte temporal privilegia o Brasil contemporâneo, com ênfase no intervalo de 2012 a 2025, período coberto de modo consistente pela referida pesquisa domiciliar. A revisão da literatura, de caráter narrativo e não sistemático, foi construída a partir da consulta a bases como a SciELO, o repositório do Ipea e periódicos internacionais indexados, complementadas pelo acervo de referência consagrado nos campos mobilizados, com seleção orientada pela pertinência temática e pelo reconhecimento acadêmico das obras, sem pretensão de exaustividade. A busca empregou descritores como 'sobre-educação', 'subemprego', 'sobrequalificação', 'precarização do trabalho', 'ensino superior' e 'rendimentos', em português e em inglês, contemplando também literatura internacional comparada sobre o fenômeno.

Como salvaguarda de confiabilidade, todas as informações empíricas e referências bibliográficas foram submetidas a conferência em suas fontes antes de incorporadas ao texto, descartando-se dados não

verificáveis e evitando-se atribuições imprecisas. Reconhecem-se, por fim, os limites do desenho adotado. A ausência de investigação empírica primária restringe o alcance das inferências, e a leitura proposta tem caráter interpretativo. A contribuição pretendida reside menos na produção de dados inéditos do que na articulação, ainda pouco sistematizada na literatura, entre o diagnóstico econômico da sobre-educação, a análise sociológica da precarização e a crítica à promessa meritocrática associada ao diploma.

3 ENSINO SUPERIOR, PROMESSA DE MOBILIDADE E VALORIZAÇÃO DO DIPLOMA

A vinculação entre escolarização e ascensão social possui raízes profundas no imaginário moderno. A escola, e em particular o ensino superior, foi historicamente apresentada como instância capaz de romper determinações de origem, conferindo aos indivíduos competências e títulos que os habilitariam a posições antes inacessíveis. Essa narrativa, contudo, sempre conviveu com uma tensão analítica que a sociologia da educação ajudou a explicitar. Bourdieu (2007) demonstrou que o diploma opera como capital cultural institucionalizado, isto é, como um título socialmente reconhecido que converte disposições culturais em valor mensurável no mercado de posições. O ponto decisivo de sua análise reside na percepção de que tal conversão não é neutra nem universal, pois depende das condições sociais que cercam quem porta o título.

Em chave complementar, Bourdieu e Passeron (2008) sustentaram que o sistema de ensino tende a reproduzir, sob a aparência de seleção meritocrática, as hierarquias sociais preexistentes. A escola legitima desigualdades ao tratar como dom individual aquilo que resulta de heranças culturais distribuídas de modo desigual. Aplicada ao caso brasileiro, essa perspectiva ajuda a compreender por que a simples ampliação do acesso à educação superior não dissolve, por si só, as barreiras estruturais à mobilidade. O diploma permanece relevante como recurso, mas seu rendimento social é mediado por capitais econômicos, sociais e simbólicos que os indivíduos possuem de forma assimétrica.

A força da promessa meritocrática reside precisamente em sua plausibilidade parcial. Em determinadas conjunturas e para certos grupos, o diploma de fato propiciou mobilidade ascendente, o que reforçou socialmente a crença em sua eficácia automática. Souza (2009), ao analisar a estrutura social brasileira, problematiza a naturalização do mérito e mostra como a posse de capital cultural, transmitido sobretudo no interior das famílias, condiciona o aproveitamento das oportunidades educacionais. A consequência analítica é importante: tratar o sucesso ou o fracasso profissional como questão estritamente individual obscurece os mecanismos sociais que produzem trajetórias desiguais a partir de credenciais formalmente semelhantes.

Reconhecer esses limites não implica desqualificar a educação superior. Implica situá-la com precisão. O diploma continua a importar, seja por seu valor formativo, seja por sua função de sinalização no mercado de trabalho, seja ainda por seu peso simbólico. O que se torna insustentável é a leitura que o

concebe como condição suficiente para a inserção qualificada. Essa distinção, entre relevância e suficiência, organiza o argumento desenvolvido nas seções seguintes.

4 EXPANSÃO DA ESCOLARIZAÇÃO E LIMITES DA ABSORÇÃO PELO MERCADO

A expansão do ensino superior brasileiro nas últimas décadas constitui um dos processos sociais mais expressivos do período recente, resultado da combinação entre políticas de acesso, financiamento estudantil e diversificação institucional. Esse movimento ampliou de modo substantivo o número de diplomados que ingressam anualmente no mercado de trabalho. A questão analítica decisiva, todavia, não é a expansão em si, socialmente desejável do ponto de vista democrático, mas a relação entre o ritmo dessa expansão e a capacidade da estrutura produtiva de gerar postos compatíveis.

É nesse descompasso que se localiza o fenômeno da sobre-educação, entendido como a situação em que o trabalhador possui escolaridade superior àquela requerida pela função que exerce. O estudo de Carvalho e Reis (2024) evidencia que a parcela de ocupados sobre-educados no Brasil cresceu de cerca de 26% em 2012 para 38% em 2020, e que esse aumento se associa menos a mudanças na composição setorial do emprego do que à tendência de postos antes ocupados por trabalhadores menos escolarizados passarem a empregar trabalhadores com mais escolaridade. Em outras palavras, a credencial é elevada sem que a natureza da ocupação se transforme de maneira correspondente.

Esse diagnóstico converge com análises anteriores que já apontavam, ainda no fim da década de 2010, que mais de um terço dos trabalhadores de nível superior ocupava postos que prescindiam de seu grau de instrução, com incidência ainda mais acentuada entre os jovens (Lameiras; Vasconcelos, 2018). A relação entre conclusão do ensino superior e inserção no mercado formal já fora examinada por Lima e Abdal (2007), que evidenciaram o peso da qualidade do vínculo sobre os diferenciais de renda, sinalizando que a posse do diploma interage com a estrutura ocupacional na determinação das trajetórias. A explicação estrutural remete ao perfil do crescimento econômico brasileiro, marcado pela predominância de serviços de baixa complexidade e por uma indústria de transformação que perdeu peso relativo. Quando a dinâmica de geração de empregos privilegia ocupações de baixa qualificação, a oferta crescente de diplomados não encontra demanda proporcional, e o excedente de qualificação se converte em sobre-educação.

Convém evitar, nesse ponto, duas simplificações opostas. A primeira consiste em atribuir o problema às instituições de ensino, como se a solução residisse em conter a formação superior. A segunda consiste em supor que bastaria qualificar ainda mais a força de trabalho para que o mercado a absorvesse adequadamente. Ambas ignoram que a absorção qualificada depende da estrutura ocupacional e do padrão de desenvolvimento, e não apenas da oferta educacional. A heterogeneidade estrutural do mercado de trabalho brasileiro, analisada por Pochmann (2012), reforça esse argumento ao mostrar que a base da

pirâmide social concentra ocupações precárias que não se modificam pela simples elevação da escolaridade média dos trabalhadores.

Fenômeno análogo tem sido documentado em países que vivenciaram expansão acelerada do ensino superior, o que indica que o caso brasileiro, embora marcado por uma configuração periférica de desenvolvimento, não constitui singularidade. Em análise comparativa de treze países europeus e do Japão, Verhaest e Van der Velden (2013) mostram que a incidência da sobre-educação entre graduados varia conforme a qualidade e a orientação dos sistemas educacionais, o ciclo econômico e, sobretudo, o grau de excesso relativo da oferta de mão de obra qualificada. Revisões da literatura internacional convergem ao tratar a sobre-educação como problema estrutural recorrente em economias de expansão educacional rápida e absorção produtiva limitada (McGuinness, 2006; Quintini, 2011). Estima-se que, em média, cerca de um em cada quatro trabalhadores nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico esteja sobrequalificado para a função que exerce, com ampla variação entre as nações (Quintini, 2011). Tal convergência fortalece a leitura aqui sustentada, segundo a qual o descompasso entre credencial e ocupação responde a condições estruturais, e não a falhas individuais. Cabe, contudo, registrar uma diferença qualitativa. Ao passo que nas economias centrais o desajuste se relaciona sobretudo à orientação dos sistemas formativos e à fase do ciclo econômico, no Brasil ele se enraíza em uma estrutura produtiva de menor densidade tecnológica, na qual o peso dos serviços de baixa complexidade e o enfraquecimento relativo da indústria de transformação restringem a geração de postos compatíveis com a alta escolaridade. A comparação internacional, portanto, confirma a natureza estrutural do fenômeno sem dissolver as especificidades da inserção periférica brasileira.

5 SUBEMPREGO QUALIFICADO, SOBREQUALIFICAÇÃO E DESVALORIZAÇÃO SALARIAL

Convém, antes de avançar, distinguir conceitos por vezes empregados de modo intercambiável. A sobrequalificação, ou sobre-educação, designa a situação em que o trabalhador possui escolaridade superior à requerida pela ocupação, mensurada, em estudos como o de Carvalho e Reis (2024), pelo cotejo entre o nível de instrução e as exigências das ocupações segundo a Classificação Brasileira de Ocupações. O subemprego qualificado remete não apenas ao excesso de escolaridade, mas à inserção em postos de baixa remuneração, instáveis ou informais, incompatíveis com a formação. Já o desajuste, ou *mismatch*, ocupacional refere-se especificamente à atuação em área distinta daquela de formação. Embora correlatos, esses conceitos não se confundem, e sua distinção é necessária para precisar o argumento.

O subemprego qualificado é a expressão mais visível da precarização que atinge os diplomados. Trata-se da ocupação, por trabalhadores com formação superior, de funções de nível médio, operacionais, administrativas ou informais, frequentemente acompanhadas de remuneração insuficiente. Esse fenômeno

não deve ser lido como simples desajuste temporário entre oferta e demanda, próprio do início de carreira, ainda que também se manifeste nesse momento. Ele tende a se prolongar e a se cristalizar, configurando trajetórias inteiras marcadas pelo desalinhamento entre formação e atividade exercida.

A desvalorização salarial agrava o quadro. Para o trabalhador diplomado, o rendimento obtido é avaliado não apenas em termos absolutos, mas em relação ao investimento financeiro e temporal realizado na formação, ao custo de vida e às expectativas socialmente construídas em torno do título. Estudos sobre rendimentos no Brasil mostram que a desigualdade salarial entre os próprios diplomados é elevada, associada tanto à acentuada disparidade de retornos entre áreas de formação quanto ao desajuste entre a ocupação exercida e a área de estudo, desajuste cujo agravamento tende a ampliar a penalidade sobre os salários (Reis; Machado, 2016). Essa penalidade não é exclusividade brasileira: revisões internacionais documentam, de modo recorrente, perdas salariais associadas à sobre-educação, com magnitude variável conforme o contexto institucional (McGuinness, 2006). O problema, portanto, não se reduz à ausência de emprego, mas à qualidade, à adequação e à remuneração da ocupação obtida.

Uma ressalva de escopo é necessária neste ponto. A evidência empírica aqui mobilizada refere-se predominantemente ao nível superior completo e não autoriza, por si só, conclusões sobre o conjunto dos pós-graduados. A literatura sobre rendimentos sugere, ao contrário, que mestres e doutores tendem a obter retornos comparativamente mais elevados, em média, do que os portadores apenas de graduação (Reis; Machado, 2016). Disso decorre que a precarização discutida neste artigo se manifesta com maior nitidez entre os graduados, ao passo que a situação específica dos pós-graduados, embora não imune à instabilidade, sobretudo em vínculos temporários de pesquisa e de docência, demanda investigação dedicada e dados próprios.

É necessário, contudo, qualificar a análise para evitar generalizações. A sobrequalificação e a desvalorização salarial não atingem todos os diplomados na mesma intensidade. Diferenças por área de formação, prestígio da instituição, território, classe social de origem, raça, gênero e redes de inserção produzem desfechos profundamente desiguais. No Brasil, a própria disparidade de retornos salariais entre áreas de formação é acentuada, com remunerações sensivelmente menores em campos como humanidades e artes (Reis; Machado, 2016). Egressos de carreiras com forte demanda e de instituições socialmente reconhecidas tendem a experimentar inserções mais favoráveis, ao passo que diplomados de áreas saturadas, oriundos de instituições periféricas e desprovidos de redes de contato enfrentam barreiras mais severas. O fenômeno é, portanto, heterogêneo, e sua compreensão exige atenção às clivagens que o estruturam.

Há ainda um componente regional que merece registro. A subutilização da força de trabalho, conforme a PNAD Contínua, apresenta dispersão acentuada entre as unidades da federação, com taxas substancialmente mais elevadas em estados do Nordeste e mais baixas em estados do Sul e do Centro-Oeste

(IBGE, 2026). Essa assimetria territorial sugere que a capacidade de conversão do diploma em ocupação qualificada está condicionada também pela geografia econômica do país, o que reforça o caráter estrutural, e não meramente individual, do problema.

6 PRECARIZAÇÃO, FLEXIBILIZAÇÃO E NOVAS FORMAS DE INSEGURANÇA LABORAL

A precarização dos diplomados não pode ser compreendida fora das transformações mais amplas do mundo do trabalho. A passagem de um regime de acumulação rígida para um padrão de acumulação flexível, analisada por Harvey (1992), reorganizou as relações produtivas em direção à flexibilidade dos vínculos, à fragmentação dos processos e à mobilidade do capital. Nesse contexto, a estabilidade que caracterizou a chamada sociedade salarial cedeu lugar a formas de inserção marcadas pela insegurança. Castel (1998) descreveu esse movimento como uma metamorfose da questão social, na qual a erosão das proteções associadas ao emprego estável produz zonas crescentes de vulnerabilidade e de desfiliação.

A reflexão de Antunes (1999) sobre os sentidos do trabalho e a chamada nova morfologia do trabalho fornece chave analítica para compreender essas mutações, ao evidenciar a coexistência entre formas heterogêneas de trabalho e os processos de informalização que atravessam o capitalismo contemporâneo. As manifestações brasileiras desse processo são particularmente intensas. A terceirização, a informalidade, a chamada pejetização, isto é, a substituição do vínculo empregatício pela contratação do trabalhador como pessoa jurídica, e a plataformização do trabalho redefinem as condições de inserção mesmo de profissionais altamente escolarizados, ainda que a mensuração precisa de sua incidência específica sobre diplomados permaneça um desafio para a pesquisa. Antunes (2018) caracteriza essa reconfiguração como a emergência de um novo proletariado de serviços na era digital, no qual a aparência de autonomia frequentemente encobre intensificação do trabalho, transferência de riscos ao trabalhador e ausência de proteções sociais.

Standing (2013) propôs a noção de precariado para designar um agrupamento social em formação, definido pela insegurança crônica dos vínculos, pela ausência de identidade ocupacional estável e pela perda de direitos historicamente associados ao trabalho assalariado. Embora a categoria suscite debates quanto a seu estatuto de classe, ela ilumina a condição de diplomados que, apesar da elevada escolaridade, transitam entre ocupações instáveis, projetos intermitentes e vínculos frágeis. A escolaridade, nesse caso, não os imuniza contra a insegurança, ainda que possa atenuá-la em comparação com trabalhadores menos qualificados.

A dimensão subjetiva dessa reconfiguração foi captada por Sennett (1999), que analisou como o capitalismo flexível corrói as bases de uma narrativa coerente de carreira e de caráter. A exigência permanente de adaptação, a valorização do curto prazo e a instabilidade dos vínculos dificultam a construção de projetos de longo prazo e de um sentido de continuidade profissional. Para o trabalhador

diplomado, socializado na expectativa de uma trajetória ascendente e estruturada, o confronto com a fragmentação dos percursos produz não apenas perdas materiais, mas também desorientação biográfica.

7 MÉRITO, RESPONSABILIZAÇÃO INDIVIDUAL E FRUSTRAÇÃO PROFISSIONAL

Um dos traços mais persistentes da experiência contemporânea da precarização é a tendência a interpretá-la como resultado de escolhas e insuficiências individuais. A narrativa segundo a qual quem se esforça obtém êxito, e quem não obtém é porque não se esforçou o suficiente, transfere ao indivíduo a responsabilidade por desfechos que são, em larga medida, estruturalmente condicionados. Boltanski e Chiapello (2009) analisaram como o capitalismo recente incorporou ao seu repertório de legitimação valores de autonomia, criatividade e mobilidade, organizando o trabalho em torno da lógica de projetos. Nesse novo regime justificatório, a flexibilidade é apresentada como liberdade, e a insegurança, como oportunidade de realização pessoal.

Esse deslocamento simbólico tem efeitos práticos relevantes. Ao converter a instabilidade em expressão de iniciativa individual, ele dificulta a percepção coletiva dos determinantes estruturais da precarização e enfraquece as bases para a ação coletiva. O trabalhador diplomado que não consegue inserção compatível com sua formação tende, sob essa lógica, a atribuir a si mesmo a responsabilidade pelo insucesso, intensificando processos de autoexigência e de culpabilização. A naturalização do empreendedorismo de si, nesse sentido, opera como mecanismo de individualização do risco social.

A frustração que daí resulta não é meramente psicológica, embora tenha repercussões sobre o bem-estar. Ela é, antes, uma frustração socialmente produzida, decorrente do contraste entre expectativas legitimamente construídas e oportunidades efetivamente disponíveis. A promessa meritocrática, ao prometer mais do que a estrutura econômica pode entregar, gera um excedente de expectativa que se converte em desencanto. Souza (2009) já advertia contra a leitura que naturaliza o mérito e ignora as condições sociais de sua produção, advertência particularmente pertinente para compreender a experiência dos diplomados precarizados.

Cabe sublinhar que reconhecer os determinantes estruturais não equivale a negar a agência individual. Trata-se de situá-la em seus limites reais. Os indivíduos efetivamente fazem escolhas, investem em formação e mobilizam estratégias de inserção, mas o fazem dentro de um campo de possibilidades delimitado por condições que não controlam. Uma análise responsável evita tanto o determinismo que anula o sujeito quanto o voluntarismo que o sobrecarrega com a totalidade da responsabilidade por sua condição.

8 IMPLICAÇÕES SOCIAIS, SUBJETIVAS E ECONÔMICAS DA PRECARIZAÇÃO DOS DIPLOMADOS

As consequências da precarização dos diplomados extrapolam a esfera estritamente ocupacional e incidem sobre múltiplas dimensões da vida. No plano econômico, a desvalorização salarial e a instabilidade dos vínculos comprometem o planejamento financeiro, a autonomia material e a capacidade de acesso a bens fundamentais, como moradia. A dificuldade de constituir patrimônio e de projetar o futuro pode afetar decisões relevantes, incluindo a formação de família e o adiamento de projetos pessoais, ainda que a magnitude desses efeitos demande investigação empírica específica.

No plano subjetivo, a tensão entre a identidade profissional almejada e a condição efetivamente vivida pode produzir sofrimento e sensação de inadequação. A literatura sobre psicodinâmica do trabalho, na esteira de Dejours (1992), há muito evidencia os vínculos entre a organização do trabalho e o sofrimento psíquico, ainda que se deva evitar transpor mecanicamente seus achados para o caso específico dos diplomados precarizados, sobre o qual a evidência ainda é incipiente. O essencial, do ponto de vista deste artigo, é tratar tal dimensão sem psicologizar um problema cuja origem é social: o mal-estar associado ao subemprego qualificado não decorre de fragilidade individual, mas do descompasso estrutural entre formação e oportunidades, em consonância com a insegurança crônica e a corrosão das narrativas de carreira já assinaladas por Standing (2013) e Sennett (1999).

No plano coletivo, há uma dimensão que merece destaque: a possível erosão da confiança social na educação como via de mobilidade. Quando sucessivas gerações constatarem que o esforço educacional não se traduz em retorno proporcional, a legitimidade da própria promessa formativa pode ser colocada em questão. Esse processo é ambivalente. De um lado, pode estimular leituras críticas e realistas sobre os limites do diploma. De outro, pode alimentar desânimo, abandono de trajetórias de qualificação e ceticismo em relação a instituições educacionais. A gestão social dessa ambivalência é um desafio relevante para as políticas públicas.

Esses efeitos, é necessário reiterar, distribuem-se de modo desigual. A precarização incide com maior severidade sobre grupos já desfavorecidos por marcadores de classe, raça, gênero e território, de modo que o subemprego qualificado pode reforçar desigualdades preexistentes em vez de atenuá-las. A heterogeneidade do fenômeno é, assim, não apenas uma constatação descritiva, mas um elemento central para a compreensão de suas implicações sociais.

9 CAMINHOS POSSÍVEIS: EDUCAÇÃO SUPERIOR, DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Se a precarização dos diplomados é fenômeno estrutural, suas respostas não podem ser exclusivamente individuais. A análise desenvolvida sugere que a valorização efetiva da educação superior

exige sua articulação com um padrão de desenvolvimento capaz de gerar postos de trabalho qualificados. Não se trata de subordinar a formação às demandas imediatas do mercado, o que reduziria a universidade a função estritamente instrumental, mas de reconhecer que a conversão do diploma em ocupação compatível depende da estrutura produtiva. Políticas de fomento à inovação, ao adensamento industrial, à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico têm, nesse sentido, implicações diretas sobre a empregabilidade qualificada.

No campo das relações de trabalho, a contenção da precarização requer marcos regulatórios que limitem a transferência indiscriminada de riscos ao trabalhador e que assegurem proteções mínimas mesmo em formas flexíveis de contratação. A discussão sobre proteção social em contextos de informalidade, terceirização e plataformização torna-se incontornável, sobretudo diante da constatação de que tais formas atingem também trabalhadores altamente escolarizados. A garantia de patamares de segurança independentemente do tipo de vínculo, como a extensão de proteção previdenciária a vínculos atípicos e a regulação do trabalho mediado por plataformas, é condição para que a flexibilidade não se converta em desproteção.

No âmbito educacional, ganham relevância políticas de orientação profissional, de acompanhamento sistemático de egressos e de transparência sobre a empregabilidade por área de formação, materializáveis em observatórios e sistemas públicos que cruzem dados educacionais e do mercado formal de trabalho, capazes de mediar de modo realista as expectativas em relação à formação. Tais medidas não substituem a transformação estrutural, mas podem reduzir o descompasso entre expectativas e oportunidades e mitigar parte da frustração socialmente produzida. A integração entre instituições formadoras, setor produtivo, desenvolvimento regional e políticas de emprego e renda apresenta-se, assim, como horizonte necessário, ainda que de implementação complexa.

É preciso, por fim, sustentar uma posição equilibrada. Reconhecer os limites do diploma não autoriza concluir que a educação superior tenha perdido relevância. Ela permanece socialmente importante, do ponto de vista formativo, cultural e cidadão, além de continuar a oferecer, em média, proteção comparativa frente ao desemprego e à precarização extrema. O que a análise recusa é a leitura que a converte em solução isolada e automática para problemas que são, em sua raiz, econômicos, produtivos e políticos. A educação é condição necessária, mas não suficiente, para a mobilidade social em sociedades estruturalmente desiguais.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo examinou a precarização das condições de trabalho entre pessoas diplomadas no Brasil contemporâneo, com o propósito de problematizar a promessa de que o ensino superior, isoladamente, asseguraria ascensão profissional, estabilidade e qualidade de vida. O percurso analítico procurou

demonstrar que o enfraquecimento dessa promessa não resulta de uma perda absoluta de valor do diploma, mas da combinação entre expansão educacional acelerada, fragilidade do desenvolvimento produtivo, escassez de postos qualificados, flexibilização das relações de trabalho e individualização da responsabilidade pelo êxito profissional.

A discussão articulou contribuições da sociologia da educação, em especial a noção de capital cultural institucionalizado e a crítica à meritocracia, com aportes da sociologia do trabalho relativos à erosão da sociedade salarial, à acumulação flexível, ao precariado e às novas formas de insegurança laboral. Esse diálogo, ancorado em dados institucionais sobre subutilização, informalidade, sobre-educação e rendimentos, permitiu sustentar que o subemprego qualificado e a desvalorização salarial dos diplomados constituem manifestações de processos estruturais, e não desvios individuais.

A análise reconheceu, igualmente, a heterogeneidade do fenômeno. A precarização não atinge todos os diplomados do mesmo modo, variando conforme área de formação, território, classe, raça, gênero e redes de inserção. Essa ressalva é essencial para evitar generalizações que comprometeriam o rigor do argumento. Tampouco se pretendeu negar a agência dos sujeitos, mas situá-la em um campo de possibilidades estruturalmente delimitado.

Entre os limites deste estudo, registre-se seu caráter predominantemente teórico-documental, que demandaria, em desenvolvimentos futuros, investigação empírica mais detalhada sobre trajetórias específicas, recortes setoriais e diferenciais territoriais. Pesquisas que articulem dados longitudinais de egressos a análises qualitativas de experiências profissionais poderiam aprofundar a compreensão dos mecanismos aqui discutidos, assim como estudos dedicados à relação entre precarização, sofrimento no trabalho e projetos de vida entre trabalhadores qualificados.

Conclui-se que a valorização do ensino superior, para além de seu inegável significado formativo e cultural, depende de sua articulação com o desenvolvimento econômico, o trabalho decente, a proteção social e a geração de oportunidades qualificadas. O diploma permanece um capital relevante, mas sua capacidade de promover mobilidade social não pode ser dissociada das condições estruturais que a viabilizam. Tratar a educação como solução isolada, nesse horizonte, é tanto subestimar a complexidade do problema quanto sobrecarregar indevidamente os indivíduos com uma responsabilidade que é, em última instância, coletiva.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Petrópolis: Vozes, 2008.

CARVALHO, Sandro Sacchet de; REIS, Mauricio Cortez. **A evolução da sobre-educação no Brasil e o papel do ciclo econômico entre 2012 e 2023**. Rio de Janeiro: Ipea, jul. 2024. 32 p. (Texto para Discussão, n. 3025). DOI: 10.38116/td3025-port.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez, 1992.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1992.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Desocupação recua em 2 unidades da federação no terceiro trimestre de 2025**. Rio de Janeiro: IBGE, 14 nov. 2025. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/45145-desocupacao-recua-em-2-unidades-da-federacao-no-terceiro-trimestre-de-2025>. Acesso em: 21 maio 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **PNAD Contínua**: em 2025, taxa anual de desocupação foi de 5,6% enquanto taxa de subutilização foi 14,5%. Rio de Janeiro: IBGE, 30 jan. 2026. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/45759-pnad-continua-em-2025-taxa-anual-de-desocupacao-foi-de-5-6-enquanto-taxa-de-subutilizacao-foi-14-5>. Acesso em: 21 maio 2026.

LAMEIRAS, Maria Andréia Parente; VASCONCELOS, Leonardo Siqueira. A evolução da população ocupada com nível superior no mercado de trabalho. **Carta de Conjuntura**, Rio de Janeiro: Ipea, n. 41, 2018. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2018/12/a-evolucao-da-populacao-ocupada-com-nivel-superior-no-mercado-de-trabalho/>. Acesso em: 21 maio 2026.

LIMA, Márcia; ABDAL, Alexandre. Educação e trabalho: a inserção dos ocupados de nível superior no mercado formal. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 17, p. 216-238, 2007. DOI: 10.1590/S1517-45222007000100009.

McGUINNESS, Séamus. Overeducation in the labour market. **Journal of Economic Surveys**, v. 20, n. 3, p. 387-418, 2006. DOI: 10.1111/j.0950-0804.2006.00284.x.

POCHMANN, Márcio. **Nova classe média?**: o trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2012.

QUINTINI, Glenda. **Over-qualified or under-skilled**: a review of existing literature. Paris: OECD Publishing, 2011. (OECD Social, Employment and Migration Working Papers, n. 121). DOI: 10.1787/5kg58j9d7b6d-en.

REIS, Mauricio Cortez; MACHADO, Danielle Carusi. Uma análise dos rendimentos do trabalho entre indivíduos com ensino superior no Brasil. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 20, n. 4, p. 415-439, 2016. DOI: 10.11606/1413-8050/ea140616.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

STANDING, Guy. **O precariado**: a nova classe perigosa. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

VERHAEST, Dieter; VAN DER VELDEN, Rolf. Cross-country differences in graduate overeducation. **European Sociological Review**, v. 29, n. 3, p. 642-653, 2013. DOI: 10.1093/esr/jcs044.